



**PROCESSO N.º : 197.092-5/2025**  
**PRINCIPAL : INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RONDONÓPOLIS**  
**ASSUNTO : APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA**  
**INTERESSADA : ELZA PARDO SALATA NAHSAN**  
**RELATOR : CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF**

## RELATÓRIO

Versam os autos sobre o pedido de registro da portaria e legalidade da planilha de proventos integrais, com base na última remuneração, que se refere à concessão de **aposentadoria voluntária por tempo de contribuição** à **Sra. ELZA PARDO SALATA NAHSAN**, portadora do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) n.º 181.302.671-87, servidora efetiva no cargo de Especialista em Saúde, Perfil (Odontóloga), Nível “11”, matrícula n.º 151548, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Rondonópolis/MT, nos termos do art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único da Emenda Constitucional n.º 47/2005, art. 122 da Lei Orgânica Municipal, art. 3º e art. 95, incisos I, II, III, e parágrafo único da Lei Municipal n.º 4.614/2005 e suas alterações, até posterior deliberação.

O Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rondonópolis/MT - **IMPRO**, fundamentado no Parecer Jurídico n.º **150/2024**<sup>1</sup>, posicionou-se pelo deferimento da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, com base na última remuneração, de modo que foi editada a Portaria n.º 3.294/2024<sup>2</sup>.

Após a instrução dos autos, a 4ª Secretaria de Controle Externo, por meio do Relatório Técnico Preliminar<sup>3</sup>, concluiu pela legalidade da Portaria e da planilha de proventos, diante do atendimento dos requisitos da Resolução Normativa n.º 16/2022.

O Ministério Público de Contas, por intermédio do Parecer n.º 972/2025<sup>4</sup>, subscrito pelo Procurador-geral de Contas Adjunto William de Almeida Brito Júnior, em

<sup>1</sup> Doc. 571007/2025 - p. 30-31.

<sup>2</sup> Doc. 571007/2025 - p. 15-16.

<sup>3</sup> Doc. 587162/2025.

<sup>4</sup> Doc. 588389/2025.





consonância com a Unidade Técnica, opinou pelo registro da Portaria n.º 3.294/2024, e pela legalidade da planilha de proventos integrais.

**É o relatório.**

Tribunal de Contas de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 22 de abril de 2025.

*(assinatura digital)* <sup>5</sup>

**Conselheiro GUILHERME ANTONIO MALUF**

Relator

---

<sup>5</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006 e Resolução Normativa n.º 9/2012 do TCE/MT.

